



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã Dos Carajás
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador-Geral



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Órgão: Procuradoria Geral do Município - PGM
Setor Requisitante: Administrativo
Responsável pela Demanda: Daniel de Souza Diniz da Silva
Cargo/Função: Gestor de Coordenação
E-mail: danieldiniz@canaadoscarajas.pa.gov.br

1 - OBJETO

Contratação de empresa especializada em Direito Administrativo e Licitações e Contratos Públicos, para a realização de oficina prática *in company* com foco na capacitação técnica dos servidores públicos municipais envolvidos nas fases internas do processo licitatório, especificamente para o curso **PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR): ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS**, bem como no assessoramento jurídico e técnico da equipe da Controladoria, Assessoria Jurídica e Comissão de Licitação, com vistas à padronização e conformidade dos procedimentos às diretrizes da nova legislação de contratações públicas – Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao programa de capacitação 2026 da Procuradoria-Geral do Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará.

2 - DEMANDA – SERVIÇO

Descrição:

Contratação de empresa especializada para realização de curso presencial, na modalidade oficina prática, voltado à capacitação dos servidores públicos municipais acerca do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), abordando seus aspectos materiais e processuais, incluindo:

- a) fundamentos legais do PAR;
- b) instauração, instrução e julgamento;
- c) garantias do contraditório e ampla defesa;
- d) responsabilização administrativa de pessoas jurídicas;
- e) integração com a Lei nº 14.133/2021;
- f) boas práticas na condução de processos administrativos sancionadores;



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã Dos Carajás
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador-Geral



g) atuação integrada entre Procuradoria, Controladoria e Comissão de Licitação.

Quantidade: 01 (um) curso.

3 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, aliada ao fortalecimento dos mecanismos de responsabilização administrativa no âmbito da Administração Pública, impõe à gestão pública a adoção de práticas mais rigorosas e tecnicamente qualificadas no processamento de infrações administrativas, especialmente no que se refere à responsabilização de particulares contratados.

O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) constitui instrumento essencial para a apuração de irregularidades e aplicação de sanções administrativas, exigindo conhecimento jurídico especializado, domínio procedimental e observância rigorosa aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de capacitação técnica dos servidores públicos municipais, especialmente aqueles vinculados à Procuradoria-Geral do Município, Controladoria Geral Interna, Assessoria Jurídica e Comissão de Licitação, que atuam diretamente na condução, análise e julgamento de processos administrativos sancionadores.

A qualificação adequada dos agentes públicos permitirá:

- a) maior segurança jurídica nos atos administrativos;
- b) correta condução dos processos de responsabilização;
- c) padronização de procedimentos internos;
- d) redução de nulidades processuais;
- e) mitigação de riscos de responsabilização institucional;
- f) fortalecimento dos mecanismos de governança e integridade pública.

Ademais, a realização de oficina prática proporciona abordagem aplicada, permitindo a simulação de casos concretos, análise de situações reais e desenvolvimento de habilidades técnicas indispensáveis à atuação eficiente dos servidores.

Dessa forma, a contratação pretendida se justifica pela necessidade de aprimoramento contínuo da Administração Pública Municipal, em consonância com as diretrizes da nova Lei



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã Dos Carajás
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador-Geral



de Licitações e Contratos Administrativos e com as boas práticas de gestão pública..

4 – IMPACTO ESPERADO

- a) Melhoria na condução dos processos administrativos de responsabilização;
- b) Redução de falhas procedimentais e nulidades;
- c) Aumento da segurança jurídica nas decisões administrativas;
- d) Capacitação técnica dos servidores envolvidos;
- e) Fortalecimento da governança e integridade institucional;
- f) Padronização dos fluxos e procedimentos internos.

5 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

O curso será realizado em formato presencial, em datas a serem definidas pela Procuradoria-Geral do Município, com carga horária estimada de 16 a 24 horas, distribuídas em módulos teóricos e práticos.

As aulas deverão contemplar exposição teórica e atividades práticas, com espaço para debates e análise de casos concretos.

O local será disponibilizado pela Contratante.

6. INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 1001 -Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Unidade Orçamentária: Procuradoria-Geral do Município

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Subelemento: 3.3.90.39.05 – Serviços técnicos profissionais

Fonte: 1500

7. PRAZO ESTIMADO

A execução deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da formalização



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Canaã Dos Carajás
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador-Geral



da contratação, conforme disponibilidade da Administração.

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de preços de mercado e/ou proposta do fornecedor especializado, considerando o número de participantes e a carga horária do curso.

9. FORMA DE CONTRATAÇÃO

A contratação poderá ser realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza singular do serviço e a notória especialização do profissional ou empresa a ser contratada.

10. PRAZO PARA PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a execução dos serviços.

11. RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Nome do responsável: DANIEL DE SOUZA DINIZ DA SILVA

Cargo: Fiscal de Contrato

Portaria nº: 607/2026-GP


DANIEL DE SOUZA DINIZ DA SILVA
Gestor de Coordenação
Portaria n.º 1043/2015- GP

Canaã dos Carajás/PA, 07 de abril de 2026.